



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

SEGUNDA CÂMARA DE 15/10/13

ITEM Nº 49

PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECER

49 TC-000942/026/11

Prefeitura Municipal: Estância Hidromineral de Ibirá.

Exercício: 2011.

Prefeito: Nivaldo Domingos Negrão.

Período(s): (01-01-11 a 19-05-11), (07-06-11 a 24-07-11) e (01-09-11 a 31-12-11).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeito - Edvard Alberto Colombo.

Período(s): (20-05-11 a 06-06-11) e (25-07-11 a 31-08-11).

Acompanham: TC-000942/126/11 e Expediente(s): TC-000221/008/11 e 000563/008/12.

Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-8 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-8 - DSF-II.

RELATÓRIO

Em apreciação as contas anuais do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIRÁ, exercício de 2011, fiscalizadas pela Unidade Regional de São José do Rio Preto, que, após a conclusão de seus trabalhos, apontou impropriedades às fls. 50/51.

Não obstante regular notificação para que fossem apresentadas alegações de interesse (fls. 55), o responsável manteve-se silente.

ITEM A.1 - PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - o município não editou o Plano Municipal de Saneamento Básico.

ITEM B.1.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- déficit orçamentário de 2,28% sem amparo em superávit financeiro do exercício anterior;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

- abertura de créditos adicionais e remanejamento de recursos equivalentes a 56,46% da receita inicialmente prevista "denotando não ter havido ação devidamente planejada no momento da elaboração da LOA".

ITEM B.1.2 - RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL - resultados financeiro, econômico e patrimonial negativos, agravados pelo déficit do resultado da execução orçamentária do exercício.

ITEM B.1.3 - DÍVIDA DE CURTO PRAZO

- inconsistências entre os dados informados ao Sistema AUDESP e o Balanço Patrimonial elaborado pela origem;

- a Prefeitura não possui liquidez frente a seus compromissos de curto prazo.

ITEM B.1.6 - DÍVIDA ATIVA - aumento de 13,71% no montante da Dívida Ativa, em relação ao exercício anterior.

ITEM B.3.1 - ENSINO - após os ajustes da fiscalização se verifica que não houve a utilização do total recebido pelo FUNDEB no exercício, em descumprimento a regra do artigo 21, "caput", da Lei Federal n.º 11.494/2007.

ITEM B.3.1.1 - AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO (ENSINO) - ajustes da fiscalização a fim de adaptar despesas de restos a pagar e outras não amparadas pelo artigo 70 da LDB;

ITEM B.3.2.1 - AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO (SAÚDE) - ajustes da fiscalização de restos a pagar não quitados até 31/01/2012.

ITEM B.5.3 - DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE - utilização de recursos públicos para realização de evento com fins lucrativos.

ITEM B.6 - TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PATRIMONIAIS - falhas nos controles de estoque do Almoxarifado da UBS.

ITEM C.2.5 - CONTRATOS DE PROGRAMA - exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta e destino final dos esgotos sanitários pela SABESP sem celebração de qualquer ajuste para tal fim.

ITEM D.2 - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP - divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema AUDESP no tocante ao Ativo e Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial.

ITEM D.4 - DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES - formalização de Expediente mediante comunicações de possíveis irregularidades praticadas pelo Poder Executivo.

ITEM D.5 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL - atendimento parcial às Instruções e recomendações do Tribunal.

A equipe técnica apurou ainda os seguintes resultados:

APLICAÇÃO NO ENSINO	26,83%
DESPESAS COM FUNDEB	99,61%
MAGISTÉRIO - FUNDEB	71,68%
DESPESAS COM PESSOAL	46,33%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	22,95%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	2,28%

Subsidiaram as presentes contas os Expedientes TC- 563/008/12 e TC- 221/008/11, objetos de comentário no item D.4 do laudo técnico.

ATJ (fls. 60/74), após retificação do cálculo elaborado pela Fiscalização - fls. 60/63, destaca a aplicação de 27,04% das receitas de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e o investimento de 99,93% do total de recursos do Fundeb; assim "diante do pequeno percentual indevidamente utilizado (0,07% dos recursos do Fundo), e ante Decisões desta Casa, a matéria poderá ser tolerada sem prejuízo da emissão de alerta à Prefeitura para que providencie a correta aplicação dos valores faltantes" opina pela emissão de Parecer Favorável às contas do Prefeito do município de Ibirá.

Ministério Público (fls. 75/77), de outro norte, manifesta-se pela emissão de Parecer Desfavorável, já que configurada a utilização de somente 99,93% dos recursos do Fundeb em descumprimento do que preceitua o artigo 21 da Lei nº 11.494/07; opina ainda pela instrução na forma de autos apartados do apontado no item B.5.3 que "noticia irregulares benefícios auferidos por sociedade empresarial privada a partir de despesas promovidas à custa do erário".

Pareceres dos três últimos exercícios:

Exercício de 2008 - TC 1607/026/08 - Parecer Favorável.
Exercício de 2009 - TC 0072/026/09 - Parecer Favorável.
Exercício de 2010 - TC 2470/026/10 - Parecer Favorável.

É o relatório.

GCECR
THM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TC-000942-026-11

VOTO

APLICAÇÃO NO ENSINO	27,04%
DESPESAS COM FUNDEB	99,93%
MAGISTÉRIO - FUNDEB	71,68%
DESPESAS COM PESSOAL	46,33%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	22,95%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	2,28%

Atendido o índice mínimo estabelecido pelo artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a aplicação de 22,95% das receitas de impostos nas ações e serviços públicos de saúde; demais, observado o limite que trata o artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal - despendidos 46,33% da receita corrente líquida com pessoal ativo e inativo do município.

Os repasses ao Legislativo foram efetuados em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal; a origem promoveu a aplicação dos recursos advindos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE de acordo com a Lei Federal nº 10.336/01.

Remuneração dos agentes políticos de acordo com o limite fixado na Lei nº 1.771, de 12 de junho de 2008. Os autos apontam para correto recolhimento de encargos sociais.

Em relação aos indicativos contábeis apurou-se déficit da execução orçamentária da ordem de 2,28%; resultado que demonstra melhora se comparado ao exercício anterior (2010 - déficit de 7,50%).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Ainda assim, recomendações deverão ser expedidas à origem para que, doravante, observe com rigor as disposições do artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal especialmente a eficiência no planejamento orçamentário.

Conforme consignado no item B.4 do relatório - Precatórios Judiciais - o Executivo depositou em conta vinculada o valor equivalente à parcela devida para o exercício.

Em relação ao investimento no setor educacional, destaquem-se os ajustes elaborados pela Assessoria Técnica no cálculo de aplicação - fls. 61/63 (especialmente a reinclusão da despesa com recursos do Fundeb - aquisição de coifa para cozinha piloto, no valor de R\$ 14.000,00 e o montante de R\$ 16.916,00 no total das despesas realizadas com recursos próprios, glosado em duplicidade pela Fiscalização); observa-se, portanto, cumprimento das disposições contidas no artigo 212 da Constituição Federal com o investimento de 27,04% das receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino; de igual forma, o Executivo aplicou 71,68% das importâncias do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério, o que indica cumprimento do disposto no artigo 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em face dos gastos totais efetuados com recursos do Fundo ressalte-se a utilização de 99,93%¹ dos valores em respeito à regra do artigo 21, "caput", da Lei nº 11.494 de 20.06.2007. Há observar que do total aplicado houve exclusão de R\$ 2.916,00, referentes à despesa que não se coaduna com o disposto no artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (aquisição de ovos de páscoa).

¹ Percentual obtido após a reinclusão do valor de R\$ 14.000,00, referente à despesa com aquisição de coifa para cozinha piloto - preparo da merenda escolar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Nestas condições, a quantia glosada do cômputo da aplicação (R\$ 2.916,00) deverá ser depositada em conta bancária vinculada, tal qual recomenda o Comunicado SDG nº 07/2009², para a integral aplicação até o exercício seguinte à publicação do Parecer referente às presentes contas.

Por fim, não obstante a ausência de interesse do responsável em apresentar justificativas, observa-se que as impropriedades indicadas nos autos não apresentam gravidade suficiente para comprometer as contas em exame; ainda assim, a Unidade Regional de São José do Rio Preto, mediante ofício, recomendará ao Executivo para que adote medidas regularizadoras em face do apontado nos itens A.1 - edição do Plano Municipal de Saneamento Básico; B.1.3 - consistência entre os dados informados ao Sistema Audesp e o balanço patrimonial - dívida de curto prazo; B.1.6 - dívida ativa; B.6 - controle de estoque do almoxarifado; C.2.5 - contratos de programa; D.2 - fidedignidade dos dados informados ao Sistema Audesp e D.5 - atendimento às Instruções do Tribunal.

Nestas circunstâncias, na esteira das manifestações da Assessoria Técnica, na conformidade do inciso XIII do artigo 33 da Constituição do Estado e inciso II do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 Voto pela emissão de **Parecer Favorável** às contas do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIRÁ atinentes ao exercício de 2011.

Acolho sugestão do **d. Ministério Público** e proponho a análise em autos específicos da

² COMUNICADO SDG Nº 07/2009:

"O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO COMUNICA ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS QUE, OCORRENDO A SITUAÇÃO PREVISTA NO § 2º, DO ARTIGO 21, DA LEI Nº 11.494, DE 2007, OS RECURSOS CORRESPONDENTES DEVERÃO SER MOVIMENTADOS EM CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA, COM A SEGUINTE DENOMINAÇÃO: PARCELA DIFERIDA DO FUNDEB - § 2º, DO ARTIGO 21, DA LEI Nº 11.494, DE 2007".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

matéria relativa ao item B.5.3 - eventual violação aos Princípios da Impessoalidade e Moralidade - utilização de recursos para promoção de festas carnavalescas.

GCECR
THM